

A sexualidade da pessoa com deficiência na perspectiva intercultural crítica no contexto escolar

The sexuality of people with disabilities in the critical intercultural perspective in the school context

La sexualidad de las personas con discapacidad en la perspectiva crítica intercultural en el contexto escolar

Recebido: 31/05/2022 | Revisado: 19/06/2022 | Aceito: 20/06/2022 | Publicado: 23/06/2022

Angélica Bittencourt Galiza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1553-8511>

Secretaria de Educação do Estado do Pará, Brasil

E-mail: angelicagaliza@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo trata da sexualidade da pessoa com deficiência na perspectiva intercultural crítica no contexto escolar, com objetivo de verificar de que forma a sexualidade pode ser trabalhada na escola. O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e o procedimento metodológico realizado foi delineado através do levantamento bibliográfico. Dentre o referencial teórico da pesquisa, destacam-se Candau (2016), Denari (2006), Fleuri (2003), Louro (2008), Oliveira (2015), Maia e Aranha (2005), Maia (2001), Maia; Ribeiro (2010, 2011), Sacavino (2016), entre outros. Os resultados mostraram que os professores apresentam muitas dificuldades em trabalhar o tema da sexualidade em uma perspectiva intercultural e, sobretudo, das pessoas com deficiências, uma vez que diferentes aspectos que favorecem a homogeneidade, a padronização e a monoculturalidade dos corpos deficientes. Verificou-se também que a sociedade continua com pensamento preconceituoso a respeito da sexualidade do pessoas com deficiência, que é vista como desprovida sexualmente de seus desejos, impulsos e manifestações sexuais, ou que seus comportamentos sexuais expressados não correspondem a sua condição de deficiência, por isso não se comportam de forma correspondente as suas características sexuais.

Palavras-chave: Sexualidade; Alunos com deficiência; Interculturalidade crítica.

Abstract

This study deals with the sexuality of people with disabilities in the critical intercultural perspective in the school context, with the objective of verifying how sexuality can be worked at school. The study is characterized by being a qualitative research and the methodological procedure carried out was outlined through a bibliographic survey. Among the theoretical framework of the research, Candau (2016), Denari (2006), Fleuri (2003), Louro (2008), Oliveira (2015), Maia and Aranha (2005), Maia (2001), Maia; Ribeiro (2010, 2011), Sacavino (2016), among others. The results showed that teachers have many difficulties in working on the topic of sexuality in an intercultural perspective and, above all, of people with disabilities, since different aspects favor the homogeneity, standardization and monoculturality of disabled bodies. It was also found that society continues with prejudiced thinking about the sexuality of people with disabilities, who are seen as sexually deprived of their sexual desires, impulses and manifestations, or that their expressed sexual behaviors do not correspond to their disability condition, for that do not behave in a way corresponding to their sexual characteristics.

Keywords: Sexuality; Students with disabilities; Critical interculturality.

Resumen

Este estudio aborda la sexualidad de las personas con discapacidad en la perspectiva crítica intercultural en el contexto escolar, con el objetivo de verificar cómo se puede trabajar la sexualidad en la escuela. El estudio se caracteriza por ser una investigación cualitativa y el procedimiento metodológico realizado se delineó a través de un levantamiento bibliográfico. Entre el marco teórico de la investigación, Candau (2016), Denari (2006), Fleuri (2003), Louro (2008), Oliveira (2015), Maia y Aranha (2005), Maia (2001), Maia; Ribeiro (2010, 2011), Sacavino (2016), entre otros. Los resultados mostraron que los docentes tienen muchas dificultades para trabajar el tema de la sexualidad en una perspectiva intercultural y, sobre todo, de las personas con discapacidad, ya que diferentes aspectos favorecen la homogeneidad, estandarización y monoculturalidad de los cuerpos con discapacidad. También se constató que la sociedad continúa con un pensamiento prejuicioso sobre la sexualidad de las personas con discapacidad, a quienes se las ve privadas sexualmente de sus deseos, impulsos y manifestaciones sexuales, o que sus conductas sexuales expresadas no se corresponden con su condición de discapacidad, por lo que no se comportan de manera correspondiente a sus características sexuales.

Palabras clave: Sexualidad; Estudiantes con discapacidades; Interculturalidad crítica.

1. Introdução

A compreensão da sexualidade humana está relacionada às relações afetivas, sociais, sexuais, biopsicossociais e culturais e nos modos de interação e comportamento que os seres humanos estabelecem com seus pares nos diferentes contextos socioeducacionais. Diante disso, a sexualidade torna-se uma temática relevante que amplia as percepções dos docentes acerca dessa discussão no contexto escolar.

O conceito de sexualidade surgiu no século XIX, para representar o que é sexual, no intuito de expandir a ideia de sexo. Freud se encontra entre os primeiros pensadores que diferenciaram a sexualidade do sexo. O autor desvinculou sexualidade do ato sexual e da reprodução, ou ainda, dos órgãos genitais, pois compreendia que a finalidade da sexualidade não estava na procriação e sim na busca pelo prazer (Senem & Caramaschi, 2017).

Ainda Senem e Caramaschi (2017) ressaltam que as contribuições da psicanálise possibilitaram à sexualidade tornar-se objeto de investigação e discussão analítica, sobretudo, quando Freud afirma que, tanto as pessoas ditas normais, quanto as pessoas que apresentam psicopatologias possuem a mesma pulsão sexual.

Para além da teoria freudiana, há a perspectiva teórica de Foucault denominado como outro pensador, que tratou acerca da sexualidade. Na sua compreensão, o termo é usado em relação a fenômenos, em diversas áreas, nas concepções criadas pelas inúmeras instituições, sejam as religiosas, judiciárias, sociais, escolares e médicas, que fazem parte da vida do ser humano, com o intuito de estabelecerem regras que ditam o que é compreendido como certo ou errado no comportamento das pessoas o âmbito do público e privado.

Em 2006, a Organização Mundial de Saúde (OMS) apresentou um entendimento sobre sexualidade, que se assemelha ao pensamento dos estudiosos da área, afirmando que a sexualidade é um aspecto intrínseco ao ser humano, desenvolvido ao longo da vida, abrangendo sexo, identidades, gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Desta forma, a sexualidade sofre influência de fatores “biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais” (OMS, 2006).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (1997), em vigência, o termo sexualidade é compreendido como inerente ao ser humano, um dado da natureza, necessário e gerador de prazer para a vida. No respectivo documento normativo, a sexualidade é compreendida do ponto de vista biológico.

De encontro a esse entendimento, em decorrência da inconstância e dinamicidade do corpo e das manifestações subjetivas, as necessidades e desejos se alteram com o passar do tempo, com o amadurecimento, uma vez que o ser humano é um ser integral, que sente, age, pensa, vivencia diversos ambientes e deriva de várias culturas. Nesse sentido, Maia e Ribeiro (2011, p. 75) explicam que a sexualidade é compreendida como um conceito amplo e histórico e “faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico”.

Nesse sentido, cada pessoa, seja com e sem deficiência, tem um modo ímpar de expressar sua sexualidade, em outra em palavras, do ponto de vista subjetivo e, geralmente, pelos marcos normativos impostos pela sociedade. Assim, o comportamento humano relacionado à sexualidade reside na compreensão basilar da educação sexual numa dimensão progressista.

De acordo com os estudos de Maia; Ribeiro (2011) na década de 1990, a escola tratava das questões sexuais, tendo na grade curricular a denominação de Orientação Sexual, que foi adotado pelos PCNs. Entretanto, por não haver consenso acerca do termo mais adequado a ser utilizado na escola, surgiu o termo educação sexual. Contudo, na década de 2010, surgiu o termo Educação para a Sexualidade, que também tem a discordância de alguns profissionais. Por isso, a educação sexual na escola deve ser planejada, rediscutida e repensada que abranja conhecimento outros que atravessa esse tema, possibilitando reflexão e questionamento, os quais proporcione mudança de atitudes, entendimentos e valores progressistas.

Além disso, considera-se o entendimento de que as escolas devem ter como base de seus ensinamentos uma concepção pluralista da sexualidade, devem reconhecer os múltiplos comportamentos e valores relacionados à sexualidade, que propomos

nosso estudo. Assim sendo, procuramos discutir sexualidade da pessoa com deficiência no âmbito escolar, na perspectiva da teoria da interculturalidade crítica, com o objetivo de verificar de que forma a sexualidade pode ser trabalhada na escola.

Percebe-se que o campo de estudos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência ainda requer muitas inserções teóricas-metodológicas, pois é um campo em que se apresenta muitos tabus e mitos que devem ser desconstruídos por uma perspectiva epistemológica que provoque o questionamento radical. Evidencia-se, nas pesquisas realizadas pelos pesquisadores e pesquisadoras da área da sexualidade, que muitos debates apresentam como ponto de partida as escolas de forma funcional.

Constata-se que as lacunas estão presentes tanto no que diz respeito à formação de professores, bem como a elaboração de estratégias metodológicas abordar a temática, quanto à compreensão dos alunos, que pode ser consequência da ausência dessas discussões no âmbito escolar. Nesse sentido, este ensaio tem por objetivo discutir sobre como é preciso desconstruir o pensamento que se propaga na sociedade de que a pessoa com deficiência não apresenta sexualidade.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa. No tocante ao aspecto qualitativo, foi utilizado para analisar o fenômeno da sexualidade humana, que faz parte da vida das pessoas, sendo que as pessoas devem ser compreendidas como seres que atuam nos diversos, seja no contexto escolar e familiar e que se expressam de forma singular na sociedade.

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 2014, p. 79).

O tipo de pesquisa é bibliográfico. Para Severino (2013) o texto é elaborado a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes da literatura científica. Para este estudo foi realizado um levantamento bibliográfico, na perspectiva da sexualidade e da interculturalidade crítica. Dentre o referencial teórico da pesquisa, destacam-se Candau (2016), Denari (2006), Fleuri (2003), Louro (2008), Oliveira (2015), Sacavino (2016), Maia (2001), Maia & Ribeiro (2010, 2011), Walsh (2009), entre outros.

A Sistematização e análise dos dados dar-se-á por meio categorias analíticas, que de acordo com Oliveira; Mota Neto (2011) os conceitos principais emergentes do referencial teórico, podem ser anunciadas com a análise do documento e interpretação dos dados. Considera-se a metodologia escolhida para o desenvolvimento deste estudo, buscamos verificar como a sexualidade da pessoa com deficiência pode ser abordada no âmbito escolar.

3. Resultados e Discussão

3.1 A interculturalidade crítica na educação

De acordo com Fleuri (2003), a sensibilidade para tratar o tema das diferenças culturais, é uma conquista recente. Não obstante, o problema das diferenças entre as culturas é antigo. Cabe aqui ressaltar que, até então, se dava por imposição das perspectivas etnocêntricas, que de certo modo, tem a cultura europeia como modelo da cultura universal, tornando as inferiores, menos evoluídas.

Assim, justificava-se o processo de colonização cultural hegemônico, pois esse entendimento de que a cultura europeia deveria ser aceita como única salvacionista para os povos “subdesenvolvidos”, ou seja, os povos latino-americanos, uma vez que eram consideradas “diferentes”. Nesse sentido, também ocorre na escola, como explana Fleuri (2003, p. 18).

A própria educação, em particular a escola, tem desempenhado o papel de agenciar a relação entre culturas com poder desigual (colonizadores x colonizados; mundo ocidental x mundo oriental; saber formal escolar x saber informal cotidiano; cultura nacional oficial x cultura locais etc.), contribuindo para a manutenção e difusão dos saberes mais fortes contra as formas culturais que eram consideradas como limitadas, infantis, erradas, supersticiosas.

Em relação à América Latina, em decorrência das heranças coloniais, foi desenvolvendo características próprias: na língua, na arte, na religião, nos costumes, que foram se firmando intelectualmente. Sendo assim, o pensamento democrático começou a buscar novos formatos políticos, promovendo a desconstrução da ideia de hegemonia e construindo a diversidade aos poucos, uma vez que as populações ainda são rebaixadas e este tipo de classificação e a hierarquização são estratégias da colonialidade do poder (Sacavino, 2016).

Sacavino (2016) salienta que ditar conhecimento é uma forma de produzir verdades para o consumo da nação. E que fazer isso por meio das escolas é a forma clássica de permanecer no controle social. Contudo, aponta a importância do diálogo com a gramática das lutas sociais, populares e subalternizadas dos povos, com o objeto de promover a valorização das epistemologias oriundas dos povos, a instituição de uma pedagogia pautada na decolonialidade e na interculturalidade, no intuito de nortear os pensamentos e ações e combater o “epistemicídio”, pois “a prática de uma educação descolonizadora é um núcleo fundamental para o desenvolvimento da educação intercultural”.

A autora lembra que essa situação evidencia o papel da escola no contexto atual sobre a perpetuação de epistemologias dominantes que silenciam certas temáticas que se fazem presentes no âmbito escolar, as quais são subalternizadas pelos referenciais coloniais que criam epistemologias de situação limite que impedem valorizar a multiplicidade de fato que constituem, por exemplo, a sexualidade da pessoa com deficiência.

Ao contrário dessa lógica dominante, a perspectiva é de que a escola busque assumir a complexidade de vozes, sujeitos e projetos e lugares culturais, sociais, políticos e econômicos produzidos nas sociedades atuais frente aos núcleos de desigualdade existente, ou melhor explicando, sabe-se que é imprescindível que construa projetos políticos que apontem alternativas à globalização neoliberal e a racionalidade ocidental, que lutem para a transformação social, considerando a educação como práxis política, humanizadora, libertadora, dialógica, promotora de autonomia e do reconhecimento do outro (Sacavino, 2016).

A interculturalidade crítica é um paradigma contra-hegemônico que considera a construção de novas teorias que problematizam, questionam e anunciam novas realidades socioeducacionais da cultura latino-americana como uma possibilidade de inédito viável, por ser uma realidade desconhecida pela comunidade científica.

Scaramuzza e Nascimento (2018) explicam que a interculturalidade surgiu a partir das discussões promovidas acerca da diferença. Nesse sentido, para Marim (2009, p. 130)

A educação é o espaço no qual se produz a elaboração e a recriação das visões de mundo, dos sistemas de valores e das maneiras de construir os conhecimentos. Essa recriação é que nos permite a elaboração de um projeto social capaz de se adaptar às necessidades, às potencialidades e aos interesses de nossas sociedades.

Marim (2009) aponta que a globalização uniformizou a cultura, causando diversos questionamentos em relação à educação. Como proceder ao trabalho pedagógico com as visões de mundo que associam a natureza e a cultura? Que preserve a biodiversidade, a diversidade cultural, a pluralidade e as diferentes concepções religiosas? Que recriem a solidariedade e reforcem uma dimensão humana coletiva, sabendo que todos necessitamos de todos os demais? Que associem o global e o local? Que restabeleçam em nosso pensamento as relações entre as partes e o todo? Que associem as projeções, as identidades e as transferências entre o racional, o emocional e o afetivo, concebidos como uma totalidade?

Considerando o exposto, Candau e Russo (2011) afirmam que não basta o reconhecimento de várias nações latino-americanas como sendo multiétnicos para derrubar o discurso de interculturalidade, pois um “interculturalismo funcional” ainda

opera. Não obstante, há grupos socioculturais que atuam em âmbito nacional e internacional, na tentativa de promover uma sociedade realmente intercultural e reconhecer a interculturalidade como sendo uma estratégia ética, política e epistêmica na qual a educação desempenha papel fundamental.

Sacavino (2016) ressignifica a ideia de “conhecimento é poder”, afirmando que se deve atentar para a veracidade do conhecimento obtido e propagado, haja vista o governo ter em mãos: as leis, controles didáticos, curricular e pedagógico e o comando da escola. Portanto, buscar outras pedagogias é um ato crítico, político e social. Buscar uma (de)colonização a partir de novas teorias que valorizem os diversos conhecimentos. Desta forma, a escola se tornará uma instituição, verdadeiramente, intercultural quando promover a propagação de outras pedagogias e valorizar as ações práticas, do “outro”.

Assim sendo, quando a escola for um espaço democrático e inclusivo que, realmente vivencia a interculturalidade, a sexualidade, assim como podemos discutir sobre inúmeros assuntos importantes, no âmbito escolar, da mesma forma, que poderão ser trabalhados sem mitos ou preconceitos capacitistas, sobremaneira, no que diz respeito às pessoas com deficiência.

3.2 Sexualidade da pessoa com deficiência

Compreende-se que a sociedade construiu um imaginário social ou representação social a respeito da sexualidade da pessoa com deficiência, seja ela física, sensorial, auditiva, comunicacional, entre outras formas de ser e de existir, com uma perspectiva de situação limite, quer dizer, como algo impossível de ser realizado por esses sujeitos, afirmando que são assexuados, muitos menos, podem manifestar seus desejos, sabores, cores e gostos. A sexualidade pode ser entendida, segundo Louro (2008, p. 18) como

Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. Ainda que teóricas e intelectuais disputem quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente.

Desse modo, é preciso desconstruir o pensamento preconceituoso que se propaga na sociedade de que a pessoa com deficiência tem sua sexualidade limitada ou exagerada, pois sua manifestação subjetiva é um processo singular que constitui sua forma de expressar sua sensibilidade emocional, cultural, social e psicológica gosto.

Louro (2008) explana que a construção dos gêneros e das sexualidades vem por meio das aprendizagens e práticas vivenciadas nas mais diversas instâncias sociais e culturais, desde a família, escola, igreja, instituições legais e médicas. Trata-se de um processo inacabado. A autora salienta que essas instituições ficaram por muito tempo sendo soberanas nesse papel de instrutor ou modelo, contudo, na contemporaneidade, acrescenta-se a influência da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento, dos blogs, do cinema e da televisão, dos shopping centers, da música popular, entre outros.

Permite- nos fazer uma reflexão crítica sobre a deficiência e sexualidade há uma silenciamento que paira sobre as diferenças, que atribuiu o rótulo ora de anjo, ora possuído de espírito demoníaco, que não controla os seus impulsos sexuais, ou discursada com algo impossível de ser compreendida como um processo da vida humana de uma pessoa que apresenta algum tipo de deficiência, com os quais essas pessoas também têm os mesmos direitos que as outras pessoas de amarem, de gostarem e de se relacionarem com seus pares (DENARI, 2006).

No campo do gênero e da sexualidade, de acordo com Louro (2008), o grande desafio, hoje, não reside em lidar com esquemas binários (masculino/feminino, hetero/homossexual) e sim admitir a existência de fronteiras sexuais e de gênero. Cabe ressaltar que, ainda hoje, a sexualidade permanece muito vigiada por instâncias que ditam as regras que devem ser seguidas. É

necessário saber quem é taxado como sujeito normal, adequado, sadio e quem se diferencia dele. Essas normas estão incutidas no subconsciente da sociedade e estão em toda parte.

O terreno epistemológico intercultural nos permite compreender que as pessoas com deficiência são constituídas de outras identidades como, por exemplo, pessoas com deficiência LGBTQIA+, entre outras, as quais são silenciadas por uma lógica capacitista ou funcionalista de discursar sobre essas características inerente a esses sujeitos sociais que expressam sua sexualidade de forma plural, de acordo com o entendimento teórico deveria ser reconhecida e valorizada na tessitura sociocultural.

No tocante às diferenças, segundo Maia (2001) cabe destacar a pessoa com deficiência, pois as limitações e as dificuldades sexuais que a pessoa com deficiência apresenta são, em parte, impostas pela deficiência. Contudo, qualquer deficiência, seja ela mental, física ou sensorial (auditiva e visual), apresenta problemas dentro das relações sociais, uma vez que sempre são culpadas por comportamentos inadequados. A autora esclarece que essas ideias em relação as pessoas com deficiências estão equivocadas, pois o problema se encontra na orientação sexual inadequada que receberam.

A pessoa com deficiência, segundo Maia (2001), sente desejos tanto quanto as pessoas sem deficiência. O que elas apresentam de diferente, por exemplo, são limitações específicas nos mecanismos de exteriorização da atividade sexual, e dificuldades para explorar e experimentar determinadas situações, que são importantes para o desenvolvimento erótico-afetivo de qualquer pessoa.

A sociedade precisa compreender que a deficiência não é um entrave social ou comportamental que deve ser ditado como e devem agir diante de sua performance subjetiva de expressar o que sentem e gostam para se sentir bem em suas singularidades. O que precisa ficar claro é que as pessoas com deficiência necessitam de uma educação sexual que os reconheçam com os mesmos direitos sexuais que as pessoas sem deficiência.

Destaca-se alguns mitos evidenciados por Maia e Ribeiro (2010) em suas pesquisas que são os cinco mitos preconceituosos, que reduzem ou limitam a expressão da sexualidade do ser humano: a) As pessoas com deficiência são assexuadas: não possuem sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais;

b) As pessoas com deficiência são hipersexuadas, ou seja, seus desejos são incontroláveis e exacerbados, sendo considerados perversos;

c) As pessoas com deficiência não são atraentes, desejáveis e incapazes de conquistar um amor e manter um relacionamento sexual;

d) As pessoas com deficiência não conseguem praticar o sexo que envolve a penetração e orgasmo, sendo este o motivo das disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo;

e) As pessoas com deficiência têm problemas com a reprodução, por serem estéreis, ou geram filhos com deficiência e ou ainda não possuem condições de cuidar dos filhos (MAIA; RIBEIRO, 2010).

O que precisamos entender que esses mitos não parâmetros para discutir o que é a sexualidade da pessoa com deficiência, muito menos, é que para as pessoas com deficiência e sem deficiência, o interesse pela sexualidade sejam iguais, uma vez que apresentar de forma polissêmica e que pode se manifestar das mais diversas formas nos diferentes espaços que essas pessoas estejam socializando.

Maia e Ribeiro (2010) relatam que as pessoas que se encontram dentro do padrão estabelecido pela sociedade capitalista sempre associaram a deficiência e a doença à dor, ao sofrimento e à morte, os colocando sob o estigma de “coitados”, em desvantagem social. Isso promove a justificativa da permanência dos mitos sobre as dificuldades da sexualidade dessas pessoas. Quando os déficits ou doenças não são percebidos, estes escapam do estigma imediato, porém, eles mesmos se colocam nessa posição, mostrando que tais pensamentos já estão embotados em suas mentes, afetando suas próprias convicções e crenças,

influenciando seus familiares e parceiros amorosos que, também tratam a relação entre sexualidade e deficiência como desviante da normalidade.

A sexualidade de pessoas que divergem da normalidade, como as pessoas com deficiência, é alvo de maior controle social. O sexo e a valorização dos corpos pela mídia e ensinados nas escolas abrangem somente pessoas consideradas “normais”, saudáveis e sem deficiências, o que colabora para a perpetuação dos diversos mitos que cercam a sexualidade das pessoas com deficiência. Também deve ser levado em consideração que, atualmente, algumas pesquisas acerca da sexualidade envolvendo deficiência apontam uma preocupação com a construção do corpo e com a beleza, relacionando a vivência da sexualidade e do erotismo aos atributos físicos considerados belos (Mendes & Denari, 2019).

As pesquisas científicas que discutem a sexualidade das pessoas com deficiência são necessárias para desmistificar os mitos e questionar as regras e ideias pré-estabelecidas direcionados às noções de corpo, sexo, sexualidade, funcionalidade e deficiência.

De acordo com Maia *et al* (2012), a escola é considerada uma das principais instituições para realizar a educação sexual. Além de ser um espaço formativo e humanizador, deve promover o esclarecimento formal sobre sexualidade, como exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do Ensino Fundamental (Brasil, 1997). Para o trabalho de educação sexual na escola, o profissional deve ter engajamento crítico, de modo que possa mediar as situações, apreender a multiplicidade das ideias e entender que o ser humano é um ser inacabado. O trabalho de educação sexual formal é fundamental para desconstruir ideias cristalizadas na sociedade.

Maia *et al* (2012) explicam que uma educação sexual realizada com base na ética e com o propósito de emancipar os indivíduos tem por princípio questionar e discutir acerca dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade e transmitidos entre as gerações, que favorecem a naturalização de comportamentos sexuais.

Ressalta-se que a sexualidade se alicerça na construção social e que, para tanto, respeita alguns padrões de comportamento. Não obstante, esses padrões que devem ser seguidos acabam sendo repressores, na medida em que são impostos em detrimento de outros.

3.3 A sexualidade das pessoas com deficiência nas escolas na dimensão intercultural crítica

As questões que abrangem as diferenças culturais e a respeito da sexualidade se multiplicam e a consciência dessa realidade é cada dia mais presente entre os educadores e outros sujeitos sociais. Entretanto, diversas pesquisas identificam, descrevem e denunciam situações em que estudantes com determinadas marcas identitárias, com ressalvas, denomina-se como os rejeitados, discriminados e excluídos. Pelo simples fato, sofrem por serem gays, lésbicas, bissexuais, pessoas com deficiência, ou por outro aspecto, quer seja taxado de incapazes, dependentes, assexuados, fragilizados e pessoas que não possuem gênero ou mesmo a sexualidade.

A interculturalidade crítica é uma expressão que se origina no âmbito da educação escolar indígena e foi ampliando seu universo conceitual, atingindo, atualmente, questões colocadas pelas sociedades latino-americanas. A interculturalidade crítica se propõe a construir sociedades democráticas que reconheçam as diferenças culturais, na perspectiva da construção de alternativas ao caráter monocultural e ocidentalizante presente na maioria dos países latino-americanos. Desta forma, a Educação Intercultural parte da premissa de que a diferença é compreendida como riqueza e reconhecer que isso contribui para o surgimento dos diversos saberes produzidos pelos diferentes grupos socioculturais (Candau, 2016).

Oliveira *et al* (2018) explicam que a pluralidade cultural precisa ser considerada na educação escolar, uma vez que o conhecimento é adquirido por meio das experiências socioculturais, inseridas em contextos locais e universais. Contudo, o que se vê nas escolas é a indiferença em relação ao diferente, pois a escola obedece a um padrão homogeneizador e monocultural.

A interculturalidade crítica parte do problema estrutural-colonial-racial, que envolve essas três categorias que são atravessadas por outra dimensão como o poder, a racialização e a diferença são compreendidas como diferenças coloniais. Além disso, ressalta que a construção de uma epistemologia que emerge de grupos socialmente e historicamente excluídos e segregados que lutam pela transformação da sociedade pela sua dimensão estrutural (Walsh, 2009).

Aqui é o ponto de aproximação com as correntes teóricas-epistêmicas sobre sexualidade na área da educação e educação especial para pensar a temática como intercultural, as quais devem ser discutidas com outras questões epistemológicas que contextualiza o debate sobre essa temática plural na vida das pessoas com deficiência.

Entende-se que um dos espaços de problematização seja as escolas no sentido de construir novas visões e valores sobre o direito de ser, de viver, de gostar e de existir das pessoas com deficiência, compreendendo que a diferença de corpo, de raça de gênero, de sexualidade, de gênero, de etnia, de classe são construções sócio-histórica.

De acordo com Candau (2016), é fundamental o professor/a trabalhar o próprio “olhar” para conseguir desenvolver uma educação intercultural, para atender às questões suscitadas pelas diferenças culturais, para o desenvolvimento de outro com base em um “olhar” que se apresenta sob diferentes aspectos que problematiza a homogeneidade, a padronização e a monoculturalidade¹.

Nesse sentido, este estudo busca ampliar o debate sobre sexualidade em várias esferas, como as escolas, a família e a sociedade, ou seja, nos espaços diversos no âmbito do público e do privado defendendo que esses sujeitos sejam vistos como seres humanos que têm direitos sexuais comuns a pessoas sem deficiência, que não podem ser repelidos, mas sim orientados em tratar e respeitar seu corpo, bem como, o corpo do outro.

4. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo verificar de que forma a sexualidade das pessoas com deficiência podem ser trabalhadas na escola. Em face do exposto, o assunto aponta que as pessoas com deficiência estão sujeitas às mesmas regras sociais que as pessoas sem deficiência, tal como, são compreendidas como seres incapazes de se relacionar com outras pessoas, sobretudo, deveriam ter os mesmos direitos de manifestarem sua sexualidade. Os resultados mostraram que, sabe-se que as pessoas com deficiência têm todo o direito de estabelecer vínculos afetivos; os quais promovem o desenvolvimento de autonomia e independência no que diz respeito a vivência de sua sexualidade.

Destaca-se que A interculturalidade crítica é uma perspectiva epistemológica que potencializa o questionamento radical sobre as nuances coloniais e hegemônicas sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, pois parte do problema estrutural-colonial-racial, com vistas nas mudanças estruturais que impedem esses sujeitos de viver, de ser e de existir numa sociedade marcada pela heteronormatividade e machismo.

A despeito da escola, percebe-se que os professores apresentam muitas dificuldades em trabalhar o tema da sexualidade em uma perspectiva intercultural e, sobretudo, com as pessoas com deficiências, uma vez que por conta de suas singularidades de aspectos que expressam a forma desses grupos sociais viverem no contexto sociocultural.

Verifica-se também que a sociedade continua com pensamento preconceituoso a respeito da sexualidade do pessoas com deficiência, que é visto como “desprovido” sexualmente de seus desejos, impulsos e manifestações sexuais, ou que seus comportamentos sexuais expressados não correspondem a sua condição de deficiência, e que não se comportam de forma correspondente à todas as pessoas sem deficiência, em suas características sexuais.

¹ O monoculturalidade: todos os povos e grupos compartilham, em condições equivalentes, de uma cultura universal. A visão essencialista, universalista e igualitária do monoculturalismo corre, porém, o risco de legitimar a dominação de um projeto civilizatório, que exclua ou subjogue as minorias culturais (Fleuri, 2001, p. 48).

Referências

- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF. (1997). 164p. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/livro101.pdf> 7
- Candau, V. M. R. K. (2011) Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. In: Candau, V. M. (Org.). *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. 7Letras.
- Candau, V. M. F. (2016). Cotidiano escolar e práticas interculturais. *Cadernos de Pesquisa* 46(161), 802-820 <https://www.scielo.br/j/cp/a/GKr96xZ95tpC6shxGzhRDrG/?lang=pt&format=pdf>
- Chizzotti, A. (2014). *Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. (6a ed) Vozes.
- Denari, F. E. (2006). A adolescência e deficiência mental: desvelando aspectos de afetividade e sexualidade. In: Martins, Lúcia de Araújo Ramos et al (Orgs.) *Inclusão: compartilhando saberes*. Vozes, p. 191 – 205.
- Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação* Maio/Jun/Jul/Ago, (23), 16-35.
- Maia, A. C. B (2012). *et al*. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. Relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 151-156, <https://pt.booksc.org/book/72711044/9e1369>
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para a ação. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*. 15(1), 75-84. https://www.researchgate.net/publication/341262997_Educacao_sexual_principios_para_a_acao_doxa_v15_n1/link/5eb60a43299bf1287f77decf/download
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2010) Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com Deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, 16(2), 159-176.
- Maia, A. C. B. (2010) Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência
Revista Brasileira de Educação Especial 7 (01), 35-46. <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v07n01/v07n01a04.pdf>
- Marin, J. (2009). Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. *Visão Global*, Joaçaba, 12(2), 127-154, https://scholar.google.com.br/scholar_url?url=https://portal_periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/download/617/278&hl=pt-BR&sa=X&ei=kFCJYvKBM4OEmgHF9rboCg&scisig=AAGBfm1-PgWH3WZF0sR6sNAwQ925Pk6H Ag&oi=scholar
- Mendes, E. G & Denari, F. E. (2019) Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124/9452>
- Oliveira, I. A de, J. C. da. (2011) A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: Marcondes, Maria Inês, Oliveira, Ivanilde Apoluceno de, Teixeira, Elizabeth. (Org.). *Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação*. Belém: EDUEPA, 1, 167-186.37-53
- Oliveira, E. L., Cardoso, D. C. & Denari, F. E. (2018), O corpo humano como alimento para a sexualidade. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19: 67-79. <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10821/7007>
- Organização Mundial da Saúde. *Sexual and Reproductive Health*. WHO. (2006). http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en
- Sacavino, S B (2016). Educação descolonizadora e interculturalidade: notas para educadoras e educadores. In: Candau, V. M. (Org). *Interculturalizar, descolonizar democratizar: uma educação “outra”?* Rio de janeiro: Letras.
- Scaramuzza, G. F., & Nascimento, A. C (2018). Produzir a educação Intercultural na escola indígena: desafios aos educadores de um novo tempo. *Currículo sem Fronteiras*, 18(2), 550-565. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss2articles/scaramuzza-nascimento.pdf>
- Senem, C. J, Caramaschi, S. (2017). Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. *Barbarói*, (49) <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.6420>. <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/6420>
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. (2a ed.) Cortez.
- Walsh, C. (2009). Interculturalidade Crítica e pedagogia decolonial: in – surgir, re-existir e re – viver. In: Candau, Vera (Org). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro, Letras.